

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
2 -----**REUNIÃO DO DIA 25 DE JUNHO DE 2010**-----
3 -----**ACTA NÚMERO SEIS / DOIS MIL E DEZ**-----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:**-----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte;-----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura.-----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores:-----
9 - João Carlos Barreiras Duarte;-----
10 - Anabela Martins Sá;-----
11 - Carlos João Fernandes Pereira Fonseca;-----
12 - António Fernando Lopes;-----
13 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----
14 - Marcos José Vicente Proença;-----
15 - Luis Manuel Surrador Rego;-----
16 - Luis Francisco Campos Silva;-----
17 - M.^a Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira;-----
18 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
19 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus;-----
20 - Helder José Silva Bicho;-----
21 - Luis Manuel Biscaia Almeida;-----
22 - Carlos Manuel Maximiano Batista;-----
23 - Pedro José Oliveira Rebelo Ângelo;-----
24 - Carlos Fernando Faria Duarte;-----
25 - Rute Isabel Brasão Correia;-----
26 - Maria da Graça Romão Jesus Rua;-----
27 - Alberto Carlos Nascimento Ferreira;-----
28 - Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino;-----
29 - Armando Salvador Maia da Fonseca;-----
30 - Luis José Coelho Pereira Bernardino;-----
31 - Rui Alberto Sousa Silva;-----
32 - Luis Virgílio Martins Aniceto;-----
33 - Nuno Diogo Fernandes Bernardino;-----
34 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques.-----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores:-----
36 - Presidente da Câmara Municipal José Manuel Gonçalves Vieira;-----
37 - Vice-Presidente da Câmara Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras;-----
38 - Vereadora Lúcia Maria Silva Poseiro;-----
39 - Vereador Nuno Manuel Mota Silva;-----
40 - Vereador Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins;-----
41 - Vereadora Maria Arminda Oliveira Sousa;-----
42 - Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Cidália Maria Pancrácio Santos;
43 - Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Jesus Aires;-----

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

44 - Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico Alberto Jorge
45 Jerónimo; -----
46 - Chefe da Divisão Técnica Maria Antónia Palma Vargas; -----
47 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----
48 -----Pelas 21:40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
49 declarou a sessão aberta. -----
50 -----**EXPEDIENTE:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o
51 expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão
52 ordinária. -----
53 -----**ACTA 05/2010:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria
54 com 22 votos a favor e 4 abstenções, aprovar a acta n.º 05/2010, da reunião de 29 de
55 Abril de 2010. -----
56 -----O senhor Luis Campos (PSD) chamou a atenção para a falta de brio com que
57 são elaboradas as actas, considerando que a redacção das mesmas tem vindo a piorar.
58 -----**ATENDIMENTO DO PÚBLICO:** Presente a senhora D. Maria Helena Oliveira
59 solicitou a recolocação de uma placa de sinalização que indicava a localidade do Pó e
60 que foi retirada. -----
61 -----Presente a senhora D. Maria do Carmo Anunciação, solicitou resposta a um
62 requerimento que entregou na Câmara Municipal sobre um sinal de trânsito colocado no
63 Vale Covo. -----
64 -----O senhor Presidente da Câmara saudou os presentes, lamentando que os
65 Presidentes de Junta de Freguesia se tenham hoje feito substituir, não sabendo porquê.
66 Disse que, quanto à placa do Pó, tanto quanto sabe estava instalada na Estrada
67 Nacional, tendo já havido um contacto com as Estradas de Portugal. Vai ver o que se
68 passa com o requerimento da senhora D. M.ª Carmo Anunciação e dar-lhe resposta. ---
69 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Foi presente a seguinte proposta de
70 moção do grupo municipal da CDU: “A Constituição da República Portuguesa
71 estabelece a existência de um Serviço Nacional de Saúde universal, com cobertura
72 nacional, eficiente em recursos humanos e unidades de saúde em todo o país. O
73 Governo tem vindo a fazer letra morta dos princípios constitucionais ao praticar uma
74 política economicista que tem levado a um menor acesso aos cuidados de saúde com
75 custos agravados para os utentes. Progressivamente com o fecho dos serviços as
76 populações têm visto distanciar-se geograficamente o local de prestação de cuidados
77 médicos e degradarem-se as condições de atendimento por sobrecarga dos serviços
78 que vão restando e nos quais, com o mesmo número de trabalhadores da saúde
79 existente até aí, se pretende que atendam o triplo ou o quádruplo dos utentes. O
80 Bombarral tem perdido ao longo dos anos vários serviços de saúde, primeiro o Hospital
81 Concelhio, depois o Serviço de Atendimento Permanente de 24 horas, de seguida o
82 Serviço de Atendimento Complementar de 16 horas e posteriormente o de 12 horas.
83 Ultimamente a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizada começou por reduzir o
84 seu horário de atendimento diário até que se chegou ao cúmulo de passar a funcionar
85 das 8 às 13 horas nos sábados, domingos e feriados. Considerando que é
86 inconstitucional atentar contra o direito à vida e aos cuidados de saúde dos portugueses

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

87 e logo dos bombarralenses; Considerando que os recursos humanos existentes no
88 Centro de Saúde de Bombarral já não permitem hoje dar resposta às necessidades dos
89 seus utentes e que os serviços têm sido garantidos devido ao profissionalismo e espírito
90 de missão dos seus trabalhadores; Considerando que não é de todo admissível a
91 redução do horário de atendimento da Unidade de Cuidados Personalizados de
92 Bombarral, que aumenta as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde dos
93 bombarralenses; Considerando que o Centro Hospitalar de Caldas da Rainha não
94 consegue dar resposta atempada às necessidades por nítida sobrecarga de utentes e
95 reduzido número de médicos, enfermeiros e pessoal administrativo; A Assembleia
96 Municipal de Bombarral, reunida a 25 de Junho de 2010 delibera: 1. Repudiar a decisão
97 de encerramento da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Bombarral aos
98 fins-de-semana e feriados a partir das 13 horas. 2. Exigir do Ministério da Saúde a
99 suspensão imediata desta medida e a reabertura da Unidade de Cuidados de Saúde
100 Personalizado de Bombarral no seu horário inicial. 3. Exigir que o Centro de Saúde seja
101 dotado de pessoal médico e administrativo que lhe permita prestar, de forma eficiente,
102 os cuidados essenciais de saúde primária à população do concelho. 4. Solidarizar-se
103 com a população e com a Câmara Municipal de Bombarral nas acções que sejam
104 necessárias desenvolver para que seja garantido o direito constitucional aos cuidados
105 de saúde de todos os bombarralenses. A Moção depois de aprovada deve ser enviada
106 ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro, à senhora Ministra da
107 Saúde, ACES Norte, Centro de Saúde de Bombarral e comunicação social.”-----
108 -----O grupo municipal do PS apresentou a seguinte proposta de moção: “Os
109 deputados municipais do PS, submetem à aprovação desta Assembleia Municipal, a
110 seguinte moção: O encerramento do Centro de Saúde aos Sábados, Domingos e
111 Feriados das 13:00 às 20:00 horas, designadamente a valência de consulta aberta,
112 ficando, desta forma, os bombarralenses sem cuidados médicos locais, preocupa os
113 signatários e seguramente todos os membros desta Assembleia Municipal. A saúde é
114 um bem essencial, com acesso garantido constitucionalmente e o encerramento do
115 Centro de Saúde afecta o bem-estar e a qualidade de vida da população que vê assim
116 dificultado o acesso aos cuidados primários de saúde. Ainda que os signatários ignorem
117 os fundamentos subjacentes à decisão do encerramento do Centro de Saúde e se tal
118 decisão foi ou não precedida de contacto com a Câmara, manifestam disponibilidade
119 para encetar esforços, por si só ou em conjunto com os restantes partidos, com os
120 órgãos do Município e com a população em geral, no sentido de ser reposto o
121 funcionamento do Centro de Saúde aos Sábados, Domingos e feriados das 13:00 às
122 20:00 horas. Assim: 1. Propõe-se que seja transmitida à Ministra da Saúde, à
123 Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e ao Agrupamento de
124 Saúde Oeste Norte o descontentamento desta Assembleia Municipal pela decisão de
125 encerramento do Centro de Saúde aos Sábados, Domingos e feriados das 13:00 às
126 20:00 horas. 2. Que seja solicitado às respectivas entidades a reabertura do Centro de
127 Saúde – valência de consulta aberta, no período dos dias referidos no número anterior
128 3. Que esta moção seja divulgado nos órgãos locais de comunicação social.” -----

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

129 -----O grupo municipal do PSD apresentou a seguinte proposta de moção:
130 “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na
131 vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
132 Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua
133 família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto á alimentação, ao vestuário, ao
134 alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e
135 tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice
136 ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes
137 da sua vontade. Para além de outras, são tarefas fundamentais do Estado a promoção
138 do bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses.
139 Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover. Este
140 direito deverá ser realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral
141 e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, sendo
142 tendencialmente gratuito. Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe
143 prioritariamente ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente
144 da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de
145 reabilitação. Recentemente o ACES Oeste Norte, organismo do Ministério da Saúde,
146 informou da sua pretensão de proceder à reformulação dos Serviços de Atendimento da
147 Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Bombarral, reajustando o horário
148 destes serviços aos sábados, domingos e feriados, para um período de funcionamento
149 entre as 08 e as 13 horas, desde o dia 19 de Junho de 2010, mostrando desta forma
150 uma política de saúde contrária à própria Constituição e criando condições inversas
151 aquelas de que Portugal necessita no interesse e defesa da sua população. Cada vez
152 mais temos uma resposta de saúde pública com maiores dificuldades no que se refere
153 ao seu aspecto de acessibilidade e de distribuição geográfica, que penaliza fortemente,
154 para além dos utentes, todas as entidades que actuam na área da saúde pública. Cada
155 vez mais temos uma resposta de saúde pública com menos acessos e maiores custos
156 para os utentes, sendo Portugal o país mais penalizado em matéria de saúde em toda a
157 União Europeia. Cada vez mais existe uma resposta de saúde pública desigual,
158 prejudicando fortemente através desta decisão todos os bombarralenses que já em
159 2006 se tinham visto fortemente prejudicados com o encerramento do seu SAP e onde
160 este serviço deveria constituir-se numa mais-valia para toda a população em perfeita
161 articulação com o Hospital de Caldas da Rainha, que como sabemos se encontra
162 completamente superlotado, onde já se chegam a esperar catorze horas na urgência.
163 Cada vez mais temos um Governo que denota um enorme desnorte em relação às
164 políticas da saúde mantendo uma orientação política apenas baseada em motivos
165 unicamente economicistas e mercantilistas, indo contra a própria Constituição e contra
166 o desejo das populações. Assim os deputados do PSD na Assembleia Municipal do
167 Bombarral, vêm repudiar fortemente a decisão do encerramento da Unidade de
168 Cuidados de Saúde Personalizados do Bombarral aos fins-de-semana e feriados, a
169 partir das 13:00 horas exigindo que a senhora Ministra suspenda de forma imediata
170 esta decisão e que a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Bombarral
171 funcione pelo período de tempo necessário de forma efectiva e eficaz aos anseios e

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

172 necessidades da população do Bombarral; Que desta moção se dê conhecimento ao
173 senhor Primeiro-ministro, ao Ministério da Saúde, à ACES Oeste Norte e publicado nos
174 dois jornais locais.” -----
175 -----A solicitação da bancada do PSD, pelas 22:26 horas, foi a sessão
176 interrompida pelo período de cinco minutos para que os subscritores das três moções
177 sobre o centro de saúde poderem elaborar uma moção única.-----
178 -----Pelas 22:46 horas foi a sessão reatada. -----
179 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte moção: “A
180 Constituição da República Portuguesa estabelece a existência de um Serviço Nacional
181 de Saúde universal, com cobertura nacional, eficiente em recursos humanos e unidades
182 de saúde em todo o país. O Governo tem praticado uma política de saúde economicista
183 que tem levado a um menor acesso aos cuidados de saúde com custos agravados para
184 os utentes. Progressivamente com o fecho dos serviços as populações têm visto
185 distanciar-se geograficamente o local de prestação de cuidados médicos e degradarem-
186 se as condições de atendimento por sobrecarga dos serviços que vão restando e nos
187 quais, com o mesmo número de trabalhadores da saúde existente até aí, se pretende
188 que atendam o triplo ou o quádruplo dos utentes. O Bombarral tem perdido ao longo
189 dos anos vários serviços de saúde, primeiro o Hospital Concelhio, depois o Serviço de
190 Atendimento Permanente de 24 horas, de seguida o Serviço de Atendimento
191 Complementar de 16 horas e posteriormente o de 12 horas. Ultimamente a Unidade de
192 Cuidados de Saúde Personalizada começou por reduzir o seu horário de atendimento
193 diário até que se chegou ao cúmulo de passar a funcionar das 8 às 13 horas nos
194 sábados, domingos e feriados. Considerando que é inconstitucional atentar contra o
195 direito à saúde dos portugueses e logo dos bombarralenses; Considerando que os
196 recursos humanos existentes no Centro de Saúde de Bombarral já não permitem hoje
197 dar resposta às necessidades dos seus utentes e que os serviços têm sido garantidos
198 devido ao profissionalismo e espírito de missão dos seus trabalhadores; Considerando
199 que não é de todo admissível a redução do horário de atendimento da Unidade de
200 Cuidados Personalizados de Bombarral, que aumenta as dificuldades de acesso aos
201 cuidados de saúde dos bombarralenses; Considerando que o Centro Hospitalar de
202 Caldas da Rainha não consegue dar resposta atempada às necessidades por nítida
203 sobrecarga de utentes e reduzido número de médicos, enfermeiros e pessoal
204 administrativo; A Assembleia Municipal de Bombarral, reunida a 25 de Junho de 2010
205 delibera: 1. Repudiar a decisão de encerramento da Unidade de Cuidados de Saúde
206 Personalizados de Bombarral aos fins-de-semana e feriados a partir das 13 horas. 2.
207 Exigir do Ministério da Saúde a suspensão imediata desta medida e a reabertura da
208 Unidade de Cuidados de Saúde Personalizado de Bombarral no seu horário inicial. 3.
209 Exigir que o Centro de Saúde seja dotado de pessoal médico e administrativo que lhe
210 permita prestar, de forma eficiente, os cuidados essenciais de saúde primária à
211 população do concelho. 4. Solidarizar-se com a população e com a Câmara Municipal
212 de Bombarral nas acções que sejam necessárias desenvolver para que seja garantido o
213 direito constitucional aos cuidados de saúde de todos os bombarralenses. A Moção
214 depois de aprovada deve ser enviada ao senhor Presidente da República, ao senhor

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

215 Primeiro-Ministro, à senhora Ministra da Saúde, à Administração Regional de Saúde de
216 Lisboa e Vale do Tejo, Centro de Saúde de Bombarral e comunicação social local,
217 regional e nacional.” -----
218 -----Foi presente a seguinte proposta de moção do grupo municipal da CDU: “A
219 crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente
220 primazia do sector financeiro na economia, da protecção da especulação que afecta as
221 economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos
222 governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda
223 de soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza.
224 Desobrigar o Estado das suas funções sociais e dismantelar as redes de serviços que
225 as concretizam, oferecer novas oportunidades de negócios aos grandes grupos
226 económicos, reduzir o serviço público às chamadas funções de soberania,
227 instrumentalizar e amordçar a Administração Pública, subordinar e limitar a autonomia
228 das autarquias são objectivos aqui e além declarados, mas nunca proclamados, que
229 têm vindo a ser seguidos e que agora se pretende intensificar. Encerram centros de
230 saúde, urgências e hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as 900
231 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência
232 e da qualidade, abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha
233 público, abre privado”. Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas,
234 esgotos e lixos com o pretexto da qualidade, disparam os preços e degrada-se o
235 serviço. No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para
236 2010 e no PEC 2010 / 2013 aprovados pelo PS com o apoio da direita, o governo
237 entendeu aprovar medidas adicionais ainda mais gravosas. São medidas que
238 penalizam os mesmos de sempre: o imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro
239 roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo
240 de vida na sequência do aumento das taxas de IVA; O ataque ao subsidio de
241 desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos
242 salários; a diminuição das comparticipações dos medicamentos que afecta
243 particularmente os reformados com baixas reformas; O corte no investimento público irá
244 penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a
245 recessão económica; o ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro,
246 pequenas e médias empresas; com as privatizações anunciadas alienam-se serviços
247 públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se
248 perdem recursos financeiros essenciais para o país. 1. Considerando que no quadro
249 destas medidas o governo desenvolve um novo passo no ataque à autonomia
250 financeira e administrativa das autarquias impondo novos cortes na sua participação
251 nas receitas e regras na politica de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e
252 comprometem o exercício das suas competências; 2. Considerando que com as
253 medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa,
254 enquanto que a Administração Local vê diminuírem as suas duas principais fontes de
255 receita e aumentarem os seus pagamentos ao Estado – não há proporcionalidade nem
256 solidariedade recíproca; 3. Considerando que os cortes das receitas municipais (que
257 pesam uns ridículos 1,6% no Orçamento de Estado) e o acréscimo de despesa das

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

258 autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a
259 total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores
260 carências; 4. Considerando que a descapitalização acelerada dos Municípios e
261 freguesias, por fim, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de
262 conservação das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais; 5. Considerando
263 que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este
264 momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque
265 delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses; A
266 Assembleia Municipal de Bombarral, reunida a 25 de Junho de 2010 delibera:
267 Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar
268 por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam.
269 Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus
270 direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.”-----
271 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) disse que a crise vivida hoje é no fundo
272 uma crise especial, que vai ser agravada pelo PEC. O Estado tem vindo a
273 desresponsabilizar-se das suas funções estratégicas e a entregar serviços públicos aos
274 privados. Hoje em dia parece que quem pode tem e quem não pode tem menos. O
275 aumento do IRS diminui o poder de compra dos trabalhadores e a sua qualidade de
276 vida, enquanto que o sector financeiro e as grandes empresas continuam a lucrar.
277 Também nas autarquias se sente o corte no orçamento que não permite responder às
278 necessidades das populações com a actual asfixia das economias locais. O objectivo
279 desta moção é que a Assembleia Municipal manifeste o seu repúdio por estas medidas
280 que impedem as autarquias de desenvolver políticas de defesa das populações e
281 manifestar solidariedade com os trabalhadores e com os seus direitos. -----
282 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal sugeriu que quando
283 são entregues moções para serem discutidas seria correcto que houvesse distribuição
284 de fotocópias aos vários partidos.-----
285 -----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) disse achar muito bem que os
286 grupos municipais tragam as propostas e os serviços tenham disponível um
287 fotocopiador para tirarem cópias. -----
288 -----Foi deliberado por maioria reprovam a moção supra transcrita com dois votos
289 de aprovação (2 da CDU), 14 abstenções (14 do PSD) e 10 votos de reprovação (8 do
290 PS e 2 do CDS). -----
291 -----Foi presente a seguinte proposta de voto de pesar pelo grupo municipal da
292 CDU: “Portugal, a lusofonia e o mundo ficaram mais pobres no dia 18 de Junho de
293 2010. José Saramago, natural de Azinhaga (Golegã) oriundo de uma família de
294 pequenos agricultores, frequentou um curso técnico e teve o seu primeiro emprego
295 como serralheiro mecânico. A sua paixão pela literatura levou-o a fazer um percurso
296 autodidacta que culminou numa obra impar, reconhecida mundialmente. Escritor
297 multifacetado, deixa uma obra que passa desde a literatura infantil, crónicas, poesia,
298 livros de contos, literatura de viagens, peças de teatro, diários e memórias, ao romance.
299 É nesta última área que mais se notabiliza, ficando célebres as obras: Manuela de
300 Pintura e Caligrafia (1977), Levantado do Chão (1980), Memorial do Convento (1982),

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

301 O Ano da Morte de Ricardo Reis (1984), A Jangada de Pedra (1986), A História do
302 Cerco de Lisboa (1989), O Evangelho Segundo Jesus Cristo (1991), Ensaio sobre a
303 Cegueira (1995), Todos os Nomes (1997), A Caverna (2001), O Homem Duplicado
304 (2002), Ensaio sobre a Lucidez (2004), As Intermitências da Morte (2005), A Viagem do
305 Elefante (2008) e Caim (2009). Ao longo da sua carreira, José Saramago recebeu 18
306 prémios literários. Em 1995 foi agraciado pelo Prémio Camões, o maior galardão
307 literário dedicado à literatura em língua portuguesa. Ao ser distinguido em 1998 com o
308 Prémio Nobel da Literatura, o único atribuído até hoje a um autor de língua portuguesa,
309 Saramago conferiu uma dimensão mundial sem precedentes à literatura, à língua e à
310 cultura portuguesas e tornou-se o mais universal dos escritores portugueses, traduzido
311 e editado em 27 países. Foi condecorado em Portugal em 1985 com a Ordem Militar de
312 Santiago de Espada e em França com a Ordem das Artes e das Letras Francesas.
313 Recebeu o Grau de Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Turim, Sevilha e
314 Manchester. A obra de José Saramago projectou-se igualmente na música, no teatro e
315 no cinema. Muitos dos seus poemas foram musicados e interpretados por cantores
316 como Manuel Freire, Luis Cília, Carlos do Carmo, Mísia ou Pedro Barroso. O
317 compositor italiano Azhio Corghi levou à cena a ópera Blimunda, baseada no Memorial
318 do Convento, dramas líricos baseados nas peças teatrais In Nomine Dei e Don
319 Giovanni e compôs sinfonias baseadas em vários textos de José Saramago. Os
320 romances Jangada de Pedra e Ensaio sobre a Cegueira foram adaptados ao cinema
321 com grande sucesso nacional e internacional. José Saramago destacou-se também por
322 uma intensa acção cívica e política que iniciou em 1948, apoiando activamente a
323 candidatura presidencial de Norton de Matos, e que continuou até à sua morte, nas
324 fileiras do seu partido, o Partido Comunista Português, onde militou desde 1969,
325 sempre ao lado dos mais desfavorecidos, na defesa da justiça social e do progresso da
326 humanidade. José Saramago elevou o nome de Portugal e o orgulho de ser português
327 até ao mais alto patamar. A sua dimensão intelectual, artística, humana e cívica, fazem
328 dele uma figura maior da cultura portuguesa e um vulto incontornável da literatura
329 universal. A sua genialidade garantiu-lhe um lugar de destaque na nossa história e na
330 história da cultura e da arte mundial. A morte de José Saramago constitui uma perda
331 irreparável para Portugal, para o povo português, para a cultura portuguesa e para a
332 cultura mundial. A Assembleia Municipal de Bombarral, reunida a 25 de Junho de 2010,
333 manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Saramago e expressa aos
334 seus familiares as mais sinceras condolências.”-----
335 -----A senhora D. M.ª Los Angeles Oliveira (CDU) disse entenderem ser de toda
336 a justiça não deixar passar esta Assembleia Municipal sem um voto de pesar pela perda
337 deste vulto da cultura portuguesa. São dadas muitas indicações sobre o escritor e o
338 homem José Saramago. Não sendo dito há algo que está cá, todos vão ter que aceitar
339 que José Saramago ficará na história do país e da literatura portuguesa e mundial. É o
340 nosso primeiro Prémio Nobel. Neste momento está ao nível de Camões e Fernando
341 Pessoa, embora nenhum dos dois tenha tido o reconhecimento em vida que José
342 Saramago teve em Portugal e no mundo. A sua genialidade é motivo de orgulho para
343 todos os portugueses e devemos orgulhar-nos e promover os que são bons. É de toda

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

344 a justiça que esta Assembleia Municipal manifeste o seu pesar pela morte de um
345 grande escritor português. -----

346 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal associou-se não só
347 ao voto de pesar mas também às palavras da senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira.
348 Mesmo quem gosta ou não gosta, tem de aceitar estar a analisar o homem na sua
349 verticalidade como homem de cultura que irá fazer parte da nossa história. Os homens
350 devem ser reconhecidos enquanto vivos e José Saramago teve essa sorte. No final da
351 sua vida deveria ter havido um maior reconhecimento em Portugal relativamente à sua
352 obra, o que entende que não foi feito. O Bombarral deve dar esse reconhecimento e as
353 forças vivas deveriam propor a atribuição de um nome de rua para o escritor José
354 Saramago.-----

355 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) considerou que a homenagem é justa.
356 Disse não estarmos a falar de nenhum santo nem devemos endeusar as pessoas. Era
357 um homem com defeitos e fez saneamentos no jornal que dirigiu a seguir ao 25 de
358 Abril, o que não é abonatório mas não deslustra a pessoa. Lembrou que não foi o único
359 Prémio Nobel Português, porque o primeiro foi Egas Moniz.-----

360 -----Foi deliberado por maioria com 18 votos a favor (7 do PSD, 8 do PS, 1 do
361 CDS e 2 da CDU) e 7 abstenções (6 do PSD e 1 do CDS).-----

362 -----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que os
363 famosos passeios do Vale Covo estão neste momento em execução e as águas pluviais
364 vão ser todas canalizadas para o mesmo sítio (Largo Comendador Jaime Duarte), pelo
365 que o caudal vai ser totalmente diferente. Sabe que a Câmara Municipal estava a
366 mandar elaborar um projecto onde já foram feitos alguns levantamentos topográficos,
367 estando a falar d alinha de água do Vale Pato. Gostava de ser esclarecido sobre o
368 ponto de situação desse projecto. Ficou preocupado quando o senhor Presidente da
369 Câmara o convidou para analisar o novo projecto do referido largo que vai requalificar e
370 embelezar a zona da igreja. São dois projectos que poderão estar em execução em
371 paralelo mas a sua preocupação é com a linha de água. Teve conhecimento que já foi
372 assinado o protocolo de fusão da Resioeste com a Valorsul que irá produzir efeitos a
373 partir de 30 de Junho com retroactividade a 01 de Janeiro, o que vem retirar alguns
374 valores do custo dos resíduos. Gostava de saber se o valor que estava a ser cobrado
375 de € 37 / tonelada vai passar para € 21 / tonelada. Lembrou que o senhor Presidente da
376 Câmara disse que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia não estavam hoje
377 não sabendo porquê. Disse que ninguém pode estar em dois lados ao mesmo tempo.
378 Não questiona quando um vereador é substituído, pelo que a Câmara Municipal não se
379 deve preocupar quando um Presidente de Junta de Freguesia se faz substituir na
380 Assembleia Municipal.-----

381 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o senhor Presidente da Junta de
382 Freguesia de Vale Covo acompanhou o projecto como ninguém e deve-se muito a ele a
383 rapidez com que a Câmara Municipal apareceu no terreno para fazer a obra com as
384 Estradas de Portugal. Relativamente ao projecto que está para execução, perguntou se
385 existe alguma alteração porque, caso contrário, estão a seguir o projecto.-----

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

386 ----- A senhora Chefe da Divisão Técnica disse que na sequência das obras que
387 estão a decorrer no âmbito da empreitada das Estradas de Portugal, está lançado na
388 plataforma o procedimento por ajuste directo para o saneamento da ligação EN 361 –
389 Ribeira de Vale Pato e a rua que vai ligar o ponto de encontro com as Águas do Oeste,
390 visando mitigar o problema da Ribeira de Vale Pato.-----
391 -----O senhor Presidente da Câmara, sobre a assinatura do contrato de fusão
392 entre a Resioeste e a Valorsul, disse que quem faz parte da Assembleia Intermunicipal
393 da OesteCIM, ouviu na última assembleia daquele órgão que o contrato foi assinado e
394 que produzirá efeitos a partir de 01 de Janeiro. Falou-se igualmente na passagem do
395 valor por tonelada de € 37 para € 21. Espera que o processo seja compatível com o
396 serviço que a Resioeste tem vindo a prestar porque o Oeste ficará francamente melhor
397 nesta questão.-----
398 -----O senhor Carlos Baptista (PS) disse que no dia 18 de Junho foi publicado no
399 jornal Alvorada um artigo que fala num resort de quatro estrelas que vai nascer no
400 Oeste e vem referido que o grupo Obrana se afirma como o maior investidor na
401 Lourinhã e no Oeste e, para grande surpresa sua, para além das Caldas da Rainha,
402 Óbidos, Santarém e Cacém, fala também no Bombarral, pelo que perguntou de que
403 projecto se trata porque até ao momento não teve conhecimento de qualquer
404 investimento deste tipo. -----
405 -----O senhor Presidente da Câmara estranhou o nome do investidor referido.
406 Considerando que seria bom para o Bombarral mas não tem conhecimento desta
407 intenção de investimento. Se lhe disserem que a Câmara Municipal está a tratar com
408 investidores na área dos resorts, ecoresorts, área social e parque temático, poderá
409 dizer que sim. Do grupo Obrana não tem conhecimento. Se contactaram alguém no
410 passado, então que voltem a aparecer que serão bem vindos.-----
411 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse ter estado
412 presente numa conferência sobre a temática do turismo, que teve lugar esta semana na
413 Batalha e organizada pelo Montepio e pelo Diário Económico. Relativamente à acta
414 anterior, disse entender que o facto de estar uma palavra mal não implica com o brio
415 profissional, podendo ser qualificada como um engano. O funcionário que apoia a
416 Assembleia Municipal é empenhado e dedicado, fazendo as actas da Câmara e
417 Assembleia Municipal e secretariando o senhor Presidente da Câmara. Isto é dizer com
418 clareza o que se passa. Às vezes os termos podem não ser os mais adequados mas
419 não se pode considerar falta de brio profissional por alguns enganos. Às vezes exige-se
420 a determinadas pessoas, mas tem que se ter algum cuidado com os termos. -----
421 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A**
422 **SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:**-----
423 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que conforme combinado na Comissão
424 Permanente da Assembleia Municipal os proponentes do ponto 5 da ordem do dia
425 propõe que o mesmo passe a ponto 2 e que a deliberação seja aprovada em minuta
426 para produzir efeitos imediatos. -----
427 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal estranhou que esta
428 questão seja colocada extemporaneamente depois de iniciada a discussão de um ponto

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

429 da ordem do dia. Esta questão já poderia ter sido colocada anteriormente. Vai
430 prosseguir o ponto a que se deu início e a questão colocada poderá analisar-se após a
431 conclusão da discussão do mesmo.-----

432 -----O senhor Presidente da Câmara disse que depois de assistir a uma proposta
433 para trabalhar menos que não lhe agrada, vai apresentar as actividades municipais.
434 Procurou trazer uma informação o mais completa possível, sobre todas as actividades
435 da Câmara Municipal no período de 20 de Abril a 15 de Junho, que estão espelhadas
436 no documento distribuído.-----

437 -----O senhor Ivo Faustino (PS) disse que o entristece continuar a não ver a
438 pintura de passadeiras na freguesia do Carvalhal, questionando quando irá a mesma
439 ser feita. Questionou quando irão as Aguas do Oeste fazer a manutenção das estradas
440 do Rossio do Carvalhal, do Salgueiro e do troço entre Delgada e São Mamede.
441 Relativamente à situação financeira depara-se com algumas dúvidas, nomeadamente o
442 dever-se senhas de presença a alguns Presidentes de Junta de Freguesia que estão a
443 assumir funções a meio tempo e a tempo inteiro, questionando se irá ser exigida a
444 devolução dos valores já pagos.-----

445 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a autarquia tem uma dívida de €
446 4.014.921,04 a fornecedores e de € 4.351.474,34 a instituições bancárias, o que dá um
447 total de € 8.366.395,38. A 11 de Junho o saldo orçamental era de € 408.655,22. O
448 diferencial entre o saldo total e o saldo de tesouraria justifica-se pelo saldo de gerência
449 de 2009 que será incorporado em revisão orçamental. Felicitou o senhor Ivo Faustino
450 pela sua preocupação, porque a pintura de passadeiras significa uma preocupação com
451 a segurança de pessoas e bens. Existem indicações para avançar mas não ao ritmo
452 que desejariam porque há estradas que não estão nas condições que gostariam.
453 Lembrou que quem estragou as estradas nacionais e municipais foram as Águas do
454 Oeste e quem vai repor são as Estradas de Portugal. Informou que em Julho vai iniciar-
455 se a obra de reparação do troço da EN8 entre São Mamede e o Bombarral, que é o
456 troço que todos afecta e preocupa. Irão exigir das Estradas de Portugal a marcação da
457 sinalética da estrada. Esta é uma situação que se arrasta há anos e vão, passo a
458 passo, dando resposta às situações. Quanto ao pagamento de senhas aos senhores
459 Presidentes de Junta de Freguesia lembrou que faz parte do orçamento da Assembleia
460 Municipal.-----

461 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia lembrou que tem de cumprir a
462 lei e os pareceres nela baseados. Previamente á tomada de decisão solicitou vários
463 pareceres. Pediu parecer à DGAL que reenviou o pedido para a CCDRLVT e contactou
464 vários Presidentes de Câmara, considerando que a situação está clarificada. A questão
465 jurídica pode não ser justa, mas terá que ser feita uma alteração à lei. Em relação às
466 senhas solicitou aos serviços da Câmara o valor recebido até agora pelos senhores
467 Presidentes de Junta de Freguesia e mandou suspender o pagamento das senhas.
468 Quando tem de agir tenta cumprir a lei.-----

469 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara
470 referiu que o total da dívida era de € 8.366.395,38, pelo que perguntou ao certo qual o
471 valor da dívida. Relativamente à página sete da informação, verificou a referência ao

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

472 valor de € 15.000 a pagar ao senhor Albuquerque Álvaro. Ao que saiba este senhor não
473 é funcionário nem exerce qualquer função nesta autarquia, pelo que perguntou a que
474 título existe esta dívida. -----
475 -----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) referiu que quando os
476 trabalhadores estiveram a fazer a reposição do passeio em São Mamede depararam-se
477 com um cano roto daqueles que levam a água da mina para o chafariz. Verificado no
478 terreno que havia ali um cano roto, os trabalhadores pararam com o trabalho. Para seu
479 espanto no dia seguinte voltou a pôr-se o cimento. Perguntou se não está mais do que
480 na altura de resolver a questão da canalização da água da mina de São Mamede. Em
481 relação ao edificado em ruínas, disse ser feita referência à manutenção da situação na
482 Rua Luis de Camões, havendo mais imóveis a juntar agora aos dez que estavam em
483 ruínas o ano passado, sendo agora 22. É feita referência de que está a ser feito um
484 relatório que será encaminhado para o senhor Presidente da Câmara, pelo que gostava
485 de saber se já foi recebido esse relatório e quando se pensa agendá-lo para reunião de
486 Câmara. Relativamente ao sector de transportes, continuam a realizar-se serviços,
487 questionando como se vai resolver o pagamento de horas extraordinárias aos
488 motoristas. Calendarizaram-se serviços no início do ano e esqueceram-se da regra dos
489 60% que ia ser atingida muito rapidamente. Questionou como é que é feito o
490 planeamento do trabalho. Se se entende que os trabalhadores têm que trabalhar e
491 receber um dia, o facto é que quando se trabalha tem-se o direito de receber. Esta
492 situação é muito desmotivante para quem trabalha sabendo que não vai receber.
493 Relativamente ao site do Município entendem que está mais do que na hora da
494 Assembleia Municipal ter um espaço no mesmo, muito diferente daquele que tem hoje.
495 Pensa que está na altura de abrir mais um pouco o espaço para a Assembleia
496 Municipal que é o órgão primeiro deste Município. Passando para a informação
497 financeira, o que é visível à primeira leitura é que houve um aumento da dívida a
498 fornecedores e uma diminuição da dívida a instituições de crédito. Estamos a cumprir
499 com os compromissos bancários mas não estamos a cumprir com os fornecedores,
500 sabendo-se que é no campo dos fornecedores que a situação é mais complicada. São
501 referenciados os montantes recebidos até 11 de Junho na receita corrente e de capital
502 e o que é visível é que as receitas cobradas duplicaram em relação a Abril, mas isso
503 não tem reflexo na situação financeira global do Município. Na última informação foram
504 apresentados dados complementares que agora já não aparecem. Chamou-lhe a
505 atenção o acréscimo de mais um milhão de euros na dotação actual. Questionou qual é
506 neste momento o montante dos compromissos facturados e qual o montante cativo a 11
507 de Junho E que a 31 de Março era de € 13.725.963,61. Também seria interessante em
508 relação ao aumento da dívida a fornecedores, em que prazo aumento essa dívida, para
509 poderem saber se a dívida a longo prazo está a aumentar ou a diminuir. Estão
510 a meio do ano e do orçamento estão arrecadados 17,65% do previsto em receita
511 corrente e 6,28% das receitas de capital. A situação é muito pobre e se se mantiver
512 dificilmente haverá execução no montante da despesa.-----

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

513 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que após a leitura da informação
514 distribuída, verificou que não está lá nada mencionado sobre a ponte das Barreiras.
515 Questionou como está esta situação, passado quase um ano.-----
516 -----O senhor Marcos Proença (PS) questionou se a Comissão de Trânsito já
517 está em funcionamento, porque se está a aproximar a época das feiras e a sinalética
518 continua na mesma. Referiu que por coincidência o senhor vereador do pelouro do
519 trânsito assistiu a um acidente sem grandes consequências devido á falta de pintura de
520 linhas obliquas proibindo o estacionamento junto aos passeios no Largo da Igreja, junto
521 á óptica, Restaurante Mesquitas, Jodarte e GRAFIBOM para permitir melhor visibilidade
522 aos condutores. Quanto à suspensão do PDM. Perguntou se há alguma ideia de quanto
523 tempo irá demorar esse estudo.-----
524 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) considerou que os intervenientes nesta
525 Assembleia Municipal se deixassem de apartes e se ocupassem do que é importante
526 não perdiam tanto tempo. Quanto á situação financeira disse que este orçamento teve
527 com uma das grandes virtudes aumentar de forma exorbitante o valor das taxas e
528 multas, mas passado seis meses a taxa de execução é de 0,3%. Referiu com agrado o
529 facto desta Câmara Municipal ter aderido ao facebook. Sugeriu que fossem divulgados
530 eventos futuros com maior brevidade para ficarem no ouvido de quem possa visitar esta
531 página.---- -----
532 -----O senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor Presidente da Junta
533 de Freguesia de Vale Covo, disse ser sabida a sua ligação e amizade para com os
534 senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pelo que se justifica levantar a questão
535 que os está a afectar e que pode configurar o seu afastamento desta Assembleia
536 Municipal. É uma questão de solidariedade para com os Presidentes de Junta de
537 Freguesia. Quanto à intervenção da D. Anabela Sá, disse que se ouve muita coisa
538 sobre a dívida e até se ouviu o Presidente da Câmara Municipal do Bombarral falar em
539 18 milhões de euros. De factos os compromissos são assunção de dívida futura. Se
540 optou por dar esta informação que vem à Assembleia Municipal é porque felizmente o
541 valor da dívida está francamente diminuído. Causa algum arrepio mas pretende com
542 essa informação ser o mais realista possível, colocando-se no papel de quem tem de
543 pagar 18 milhões de euros.-----
544 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que efectivamente a esta data
545 existe uma dívida de € 4.014.921,04 a fornecedores e de € 4.351.474,34 a instituições
546 bancárias. Depois há toda uma série de encargos assumidos que, ainda que não
547 estejam facturados são dívida futura. Há um conjunto de encargos que serão facturados
548 até final do ano, vendendo-se todos os meses. É isso que são encargos assumidos. Em
549 termos orçamentais os encargos são dívida futura. Não se pode dizer que a assunção
550 do encargo não existe. Quanto à referência ao diferencial disse que até 18 de Fevereiro
551 estavam a transferir dívida e cabimentos. A informação foi posterior à entrada em vigor
552 do novo orçamento e daí a informação ter sido tão pormenorizada.-----
553 -----O senhor Presidente da Câmara, acerca da verba inscrita para pagamento
554 ao senhor Albuquerque Álvaro, disse que a mesma se refere ao subsídio de
555 reintegração que lhe foi atribuído com base na lei. Respondendo à D. M.^a Los Angeles

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

556 Oliveira, disse que concorda com a preocupação sobre o cano roto no chafariz, pelo
557 que considera ser de pensar com alguma urgência num projecto para a canalização da
558 mina. Relativamente ao edificado disse estar a verificar que há mais imóveis em
559 degradação. Tem existido grande dificuldade em que os proprietários respondam
560 positivamente à acção da Câmara Municipal. Está à espera de um relatório sobre este
561 assunto. Relativamente ao sector de transportes disse que a questão das horas
562 extraordinárias os preocupa porque começa a causar algum embaraço o pagamento
563 das mesmas. Estão a fazer uma reestruturação a esse nível, reconhecendo que os
564 transportes estão a funcionar com um planeamento muito saturado e que terá de ser
565 aligeirado. Quanto ao site da Câmara Municipal e a inserção da Assembleia Municipal,
566 concorda até para que se possam conhecer moções tão interessantes como as que
567 hoje tiveram ocasião de ver.-----
568 -----A senhora Chefe da Divisão Técnica, quanto à questão da ponte das
569 Barreiras, disse que a Câmara Municipal tem toda a intenção de reabilitar aquela ponte.
570 Em contacto com um técnico da REFER foi colocada a hipótese de terem um protocolo
571 à semelhança do existente com as Estradas de Portugal. Uma vez que vão necessitar
572 de desviar o trânsito da passagem de nível, estava a tentar imputar os custos com
573 aquela passagem de nível para serem em parte suportados pela REFER. O senhor
574 arquitecto Jorge Jerónimo vai ter uma reunião com a REFER onde estarão em
575 condições de ter uma resposta sobre este assunto. Disse estar prevista em orçamento
576 verba para reabilitação da referida ponte.-----
577 -----O senhor Luis Campos (PSD) lembrou que numa anterior Assembleia foi dito
578 que estava um engenheiro a fazer um estudo sobre as condições estruturais da ponte
579 das Barreiras.-----
580 -----A senhora Chefe da Divisão Técnica disse ter o estudo prévio da
581 necessidade da intervenção. Não é uma intervenção simples porque implica micro
582 estacas e técnicos especialistas. Com base no estudo prévio o projectista já sabe as
583 necessidades. As Estradas de Portugal já tiveram de fazer reabilitações em situações
584 semelhantes e sabem que técnicas aplicar.-----
585 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que a Comissão de Trânsito está
586 já em funcionamento, indo reunir em breve com a presença de um senhor vereador da
587 oposição.------
588 -----O senhor Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento
589 Urbanístico, relativamente à suspensão do PDM disse que a previsão é que seja para
590 breve. É a primeira suspensão parcial que fazem e foi já encaminhada para a
591 CCDRLVT que tem 30 dias para se pronunciar e depois o processo irá a reunião de
592 Câmara para ser remetida à Assembleia Municipal.-----
593 -----O senhor Presidente da Câmara, respondendo ao senhor Pedro Ângelo,
594 disse que em relação à baixa execução das taxas e multas, estão a desenvolver essa
595 acção. Quanto ao Facebook registou com agrado a sugestão feita.-----
596 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) disse ter lido o jornal Noticias do Bombarral e
597 viu que o senhor Presidente da Câmara se referiu a uma dívida de 18 milhões de euros.
598 Surpreendeu-a a resposta da senhora Chefe da Divisão Financeira quando disse que

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

599 os encargos assumidos são dívida, mas ao que saiba não são. Quando se fala numa
600 dívida de 18 milhões de euros, pergunta se não entra aqui a receita. Quanto ao subsídio
601 de reintegração, tem duas questões: se falta pagar alguma parcela e se existe mais
602 alguém de anteriores mandatos nestas circunstâncias, nomeadamente o ex-presidente
603 Luis Duarte. -----

604 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que o pagamento de subsídio de
605 reintegração já transita há algum tempo e é o valor total do que falta pagar. Têm vindo a
606 falar com o senhor Albuquerque Álvaro e a articular com ele a forma de cumprir com
607 esta obrigação. -----

608 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse ter conhecimento que o
609 anterior Presidente de Câmara, antes de exercer esse cargo, já tinha requerido o
610 pagamento do subsídio de reintegração, tendo depois exercido funções como
611 Presidente durante quatro anos. Também ele solicitou o subsídio de reintegração há 5
612 anos, tal como receberam o ex-presidente Carlos Serafim e o ex-vereador Ulisses Pinto.

613 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse existir a preocupação de
614 orçamentar a receita e a despesa. No orçamento da despesa têm de cativar todas as
615 despesas certas e obrigatórias que são assumpção para com terceiros. O orçamento da
616 receita vai servir para cobrir as despesas. À data actual a receita serviu para solver os
617 compromissos assumidos, mas neste momento não há receita que permita pagar mais.
618 Estas situações são os encargos assumidos como transportes, saneamento, águas e
619 outras despesas que têm encargos anuais e que poderão ou não tornar-se dívida. São
620 perspectivas diferentes. -----

621 -----O senhor Ivo Faustino (PS) disse continuar sem entender a questão da
622 dívida, perguntando onde está a receita. Sempre foi dito que o orçamento estava
623 empolado a nível da receita e isso está a agora a verificar-se, estando a senhora Chefe
624 da Divisão Financeira a dar-lhes razão. Considerou necessário trabalhar-se para terem
625 receita. Talvez a Câmara Municipal não esteja a trabalhar para receber mas sim para
626 dever. -----

627 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que a receita consta dos
628 documentos distribuídos. Não é aquela que gostariam mas estão a dar passos para a
629 diminuição dos encargos. Em relação à receita não estão a ter tão bons resultados
630 como desejariam. -----

631 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) referiu que a execução da receita está em
632 17,6%, quando estamos a meio do ano e aquilo que são as receitas transferidas do
633 Governo central estão na casa dos 50, 60%. Seguramente que isto é um indicador que
634 os resultados no final do ano não vão ser muito animadores. Lembrou que na última
635 sessão o senhor Presidente da Câmara se comprometeu a pagar às Juntas de
636 Freguesia mas como no documento distribuído consta uma dívida de € 134.000 às
637 Juntas de Freguesia, questionou se o senhor Presidente da Câmara lhes pagou ou não.

638 -----O senhor Presidente da Câmara disse que se pagou até final de 2009 os
639 valores às Juntas de Freguesia. Não descansará enquanto não repuser esta situação. -

640 -----**PROPOSTA DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E PREÇOS:** -----

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

641 -----O senhor Presidente da Câmara declarou o seguinte: “A Lei n.º 53-E/2006,
642 29 de Dezembro veio regular as relações jurídico-tributárias geradoras de obrigações
643 de pagamento de taxas às autarquias Locais O artigo 17.º da supra referida lei referia o
644 seguinte: “As taxas para as autarquias locais actualmente existentes são revogadas no
645 início do segundo ano financeiro subsequente à entrada em vigor da presente lei, salvo
646 se, até esta data: a) Os regulamentos vigentes forem conformes ao regime jurídico aqui
647 disposto; b) Os regulamentos vigentes forem alterados de acordo com o regime jurídico
648 aqui previsto” O artigo 18.º diz que a lei entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2007.
649 Pelo acima exposto, verifica-se que os regulamentos vigentes deveriam estar em
650 conformidade com a legislação até ao dia 31 de Dezembro de 2008. No entanto a Lei
651 n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, veio alterar o artigo 17.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29
652 de Dezembro, que passou a ter a seguinte redacção “As taxas para as autarquias locais
653 actualmente existentes são revogadas no início do 3.º ano financeiro subsequente à
654 entrada em vigor da presente lei, salvo se, até esta data:” . Mantiveram-se as
655 alíneas anteriores. O prazo legal para compatibilizar os regulamentos com a legislação
656 passou a ser a data de 31 de Dezembro de 2009. O artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de
657 29 de Dezembro, para além de outras situações impõe que o regulamento que crie
658 taxas municipais, deve obrigatoriamente, sob pena de nulidade ser acompanhado de
659 fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os
660 custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros
661 investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local. Sabendo-se da dificuldade
662 que os Municípios têm em disponibilizar pessoal, por o seu número ser reduzido, para
663 trabalhos deste tipo a Associação de Municípios do Oeste, hoje designada Comunidade
664 Intermunicipal do Oeste, adjudicou à empresa CEDREL – Centro de Estudos para o
665 Desenvolvimento Regional e Local, o estudo económico financeiro para determinação
666 do valor das Taxas Municipais dos Municípios do Oeste. Não possuímos qualquer
667 informação da data de adjudicação, mas em 19 de Junho de 2008, através de fax, a
668 Associação de Municípios do Oeste informou o Município do Bombarral que o estudo
669 tinha sido adjudicado, que era necessário dar início aos trabalhos face ao prazo para
670 implementação da revisão fundamentada dos regulamentos de taxas municipais, e
671 informam que no dia 27 haveria uma reunião, em que estaria presente o representante
672 da CEDREL, que deveria estar presente um representante deste Município e ser
673 portador da documentação/elementos de informação base indicados. Houve alguma
674 troca de correspondência entre a CEDREL e a Divisão Financeira e a Administrativa e
675 de Recursos Humanos, no sentido de os serviços fornecerem alguma informação
676 adicional e preenchimento de alguns quadros, que foi fornecida pelos serviços. A 06 de
677 Outubro de 2008 a OesteCIM informa, na sequência de ofício enviado pelo Dr.
678 Montalvão responsável pela CEDREL, que a equipa técnica tem sentido algumas
679 dificuldades na obtenção de alguns documentos necessários à realização do estudo,
680 pelo que solicita que se disponibilize com a maior brevidade outros documentos A 14 de
681 Abril de 2009 a CEDREL remete uma versão preliminar do estudo económico-financeiro
682 relativo às taxas deste Município, e solicita a marcação de uma reunião para recolha
683 das sugestões sobre o mesmo, tendo em vista a conclusão da nova tabela de taxas. Na

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

684 documentação que foi entregue à Chefe de Divisão Administrativa e Recursos
685 Humanos não existe qualquer informação acerca da realização ou não da referida
686 reunião. A 27 de Julho de 2009 a CEDREL, através de ofício onde refere que na
687 sequência da realização do estudo económico financeiro relativo às taxas municipais,
688 que foi atempadamente remetido e que terá sido objecto de apreciação por esta
689 Câmara Municipal, vem apresentar o projecto de novo Regulamento e Tabela de Taxas
690 deste Município. O ofício faz um resumo do estudo e relembra que este novo
691 regulamento e Tabela têm que entrar em vigor no dia 01 de Janeiro de 2010, o mais
692 tardar. Mais informa que uma vez que o objectivo da tabela é as taxas municipais, não
693 incluíram os valores previstos no Cap. XII (Utilização do auditório e anfiteatro) da tabela
694 actualmente em vigor, uma vez que se trata de preços, e não de taxas. Este documento
695 está registado nos serviços Municipais com data de 27 de Julho de 2009 e dirigido à
696 Secção de Contabilidade. O documento foi registado na Secção de Contabilidade no dia
697 28 de Julho de 2009. A 05 de Agosto de 2009, a Chefe da Divisão Financeira, escreve o
698 seguinte: “Remete-se o original para o Ex.mo Senhor Presidente o encaminhar como
699 melhor se lhe aprouver.” O então Presidente elabora o seguinte despacho “Ao Chefe da
700 DARH para análise e dar parecer até 10/09/2009”. O referido Regulamento e Tabela de
701 Taxas não foi presente ao órgão executivo nem ao órgão deliberativo até 31 de
702 Dezembro de 2009, pelo que, caso não ocorresse a publicação da Lei n.º 117/2009, de
703 29 de Dezembro que procedeu à 2.ª alteração à Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro,
704 que prorrogou o referido prazo até 30 de Abril, o Município do Bombarral estaria desde
705 01 de Janeiro de 2010, impedido de cobrar qualquer taxa. No dia 11 de Janeiro de
706 2010, passou a exercer as funções de Chefe de Divisão uma nova funcionária, e nessa
707 mesma semana teve uma reunião com o anterior detentor do cargo, Senhor Sérgio
708 Duarte, que lhe entregou a documentação referente ao Regulamento e Tabela de
709 Taxas, porque esta teria que ser aprovado pelos órgãos competentes, e que a DOPPU
710 estava a analisar o documento, que houvera sido remetido àquela divisão pela Sra.
711 Coordenadora Técnica Cândida Almeida em final de Novembro de 2009. Depois de ver
712 os documentos, e de ter necessidade de efectuar algumas adaptações, perguntou se
713 haveria cópia em formato informático - que lhe foi fornecida no dia em que pediu, ou
714 seja a 29 de Janeiro de 2010 - e foi informada que o referido documento já estava com
715 a formatação correcta, pelo que qualquer alteração seria mais fácil. Dado que o
716 Regulamento e a Tabela de Taxas e Preços contêm serviços quer da Divisão
717 Administrativa e de Recursos Humanos, quer da Divisão de Obras Particulares e
718 Planeamento Urbanístico, foi necessário que os responsáveis se reunissem para iniciar
719 o trabalho conjunto. Foi a Chefe de Divisão informada pela DOPPU, que ainda não
720 tinham o documento todo revisto, porque apenas tiveram acesso ao mesmo no final do
721 mês de Novembro de 2009. Também o trabalho da Divisão Administrativa e de
722 Recursos Humanos estava atrasado dado que houve necessidade de se analisar cada
723 um dos artigos do respectivo regulamento, melhorando alguns e acrescentando outros,
724 bem como os itens da tabela, assim como a legislação em vigor, porque alguma tinha
725 sido alterada Concluído o trabalho de preparação/revisão de toda a documentação
726 enviada pela empresa CEDREL, esta foi presente a reunião de Câmara realizada no dia

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

727 29 de Março de 2010, tendo sido aprovada. No dia 30 de Março foi elaborado o edital
728 n.º 5/2010 a publicitar que o documento iria estar em inquérito público durante 30 dias
729 após a publicação no Diário da República. Os documentos foram remetidos para a
730 Imprensa Nacional Casa da Moeda, tendo sido publicados no Diário da República 2.ª
731 Serie, n.º 75, no dia 19 de Abril de 2010. Durante este período deram entrada nos
732 serviços três participações, pelo que se procedeu à elaboração de um relatório de
733 discussão pública sobre o projecto de regulamento e tabela de taxas e preços do
734 Município do Bombarral, que foi presente a reunião de Câmara do dia 14 de Junho,
735 tendo sido aprovado. Os referidos documentos são hoje presentes na reunião da
736 Assembleia Municipal, para posteriormente serem novamente remetidos à Imprensa
737 Nacional Casa da Moeda para serem publicitados, e entrarem em vigor. O prazo
738 normal, que decorre entre o envio do documento e a sua publicação varia entre os 7 e
739 os 10 dias úteis. Tendo em consideração que a lei refere expressamente que as taxas
740 são revogadas em 30 de Abril, foi contactada a Associação Nacional dos Municípios
741 Portuguesas para aferir das consequências da cobrança ou não das taxas depois dessa
742 data. A informação foi que, no caso de cobrar, o Município estava sujeito à pena de
743 devolução dos valores indevidamente recebidos. Neste sentido, e a propósito, vem
744 também um artigo publicado pela Sociedade de Advogados PMLMJ, em Junho de
745 2010, que refere que desde 30 de Abril de 2010, se consideram revogadas todas as
746 taxas municipais cujos regulamentos não tenham sido alterados ou aprovados em
747 conformidade com o novo regime geral das taxas das autarquias locais, parecer que
748 analisa a legislação e corrobora o entendimento geral que dela se retira.” Assumiu toda
749 a responsabilidade de uma situação com muita passagem de informação para empolar
750 o problema. Felizmente a situação é penosa mas não é grave. Se tivessem agarrado
751 este processo em 2008 não teriam falhado os prazos. -----
752 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) deixou a sua grande preocupação por
753 somente hoje receber este documento para aprovação porque o mesmo deveria ter sido
754 feito até 30 de Abril. De finais de Abril até agora passaram 2 meses, com o tempo para
755 a publicação em Diário da República vamos para dois meses e meio ou três meses sem
756 que se estejam a cobrar taxas e preços em situações como campas em cemitérios,
757 licenças e alvarás. Existe ou existiu uma ilegalidade porque se cobraram taxas que não
758 deveriam ter sido cobradas. Quem tratou de algo agora não pagou taxas nenhuma e
759 quando entrar em vigor o regulamento irão passar a pagar, o que é uma injustiça social.
760 Ainda mais quando ouvem o senhor Presidente da Câmara dizer que a Câmara
761 Municipal está em graves dificuldades económicas. Quando se colocam três vereadores
762 a tempo inteiro dizendo-se que é para rentabilizar os ordenados, e se o trabalho não foi
763 feito pergunta o que estão a fazer. Em Dezembro o PS perguntou em que estado
764 estava o regulamento das taxas, tendo-lhes sido dito que estava a ser tratado. Como
765 munícipe acha que é uma grande irresponsabilidade. Este documento é útil e
766 importante mas não o que está a ser votado, apresentando-se cálculos sem
767 sustentabilidade analítica. Gostava de saber como se chega a estes valores apelando a
768 que haja uma contabilidade analítica. Não concorda que no estudo económico-
769 financeiro se tenham usado critérios baseados em 2007 quando deveria ter sido

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

770 baseado nos dados de 2009. Este tipo de documento permite que a Câmara Municipal
771 regule os preços no mercado, pelo que deve ser um documento estratégico e de
772 competitividade para o concelho, o que não acontece. Não viu todas as taxas dos
773 Municípios do Oeste, mas das que viu as nossas são das mais elevadas. Se queremos
774 ser competitivos deveríamos ter taxas competitivas para captar investidores e isso não
775 se vê. Considerou que neste documento existe falta de estratégia. Como gostaria de ver
776 mais investimento, este documento deveria ter uma estratégia mais pensada para
777 termos taxas competitivas. -----
778 -----O senhor Presidente da Câmara disse pensar que se fez entender
779 relativamente ao facto de que está a falar e que se prende com um processo que veio
780 desde 2008 e que não teve o desenvolvimento devido durante 2009 e que, com a
781 passagem do poder político e administrativo só em 2010 teve o desenvolvimento
782 devido. Esta situação foi amplamente divulgada através de um e-mail e em termos de
783 uma conferência de imprensa para manchar o nome do Bombarral. Recorda-se de em
784 tempos o PS ter apresentado uma proposta para redução das taxas em 50%, que
785 colocava em causa várias vezes o valor aqui colocado em causa. -----
786 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) disse que o funcionário visado se encontra
787 nesta sala, pelo que pediu se era possível perguntar ao mesmo qual o ponto de
788 situação dos documentos passados. Se no final de Dezembro o senhor Presidente da
789 Câmara disse que estava a par da situação e só a 29 de Janeiro foi passada toda a
790 documentação, algo está por explicar. Solicitou à Mesa cópia dos documentos
791 passados em Janeiro. -----
792 -----O senhor Presidente da Câmara disse que desde 2008 o assunto passou por
793 várias mãos, mas neste momento a responsabilidade é sua. -----
794 -----O senhor Ivo Faustino (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara falou
795 de falta de solidariedade do PS, mas diz que a solidariedade é só dele. O PS perguntou
796 em Dezembro pela situação, mas se calhar o senhor Presidente da Câmara não ligou
797 ao que o PS estava a falar. -----
798 -----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) disse que o senhor Presidente
799 da Câmara assumiu a responsabilidade pela situação e fê-lo muito bem porque é uma
800 responsabilidade política. Neste caso não seria toda do actual Presidente da Câmara,
801 mas dos eleitos do PSD que tiveram a responsabilidade ao longo dos anos. É bom que
802 isto possa servir de exemplo para outras situações. Dirigir deve ser feito com tacto
803 suficiente para não criar roturas e neste mandato tem-se chegado muito comumente a
804 roturas e isso pode levar a que imbróglis destes surjam. Apelou a que o funcionamento
805 dos serviços da autarquia se faça em clima de paz e entendimento que tem estado
806 muito afastado do relacionamento deste executivo com os funcionários. Em relação à
807 fundamentação económico-financeira perguntou se a mesma reflecte a realidade do
808 Bombarral porque depois se reflecte nas taxas e preços e na postura do aumento
809 extraordinário progressivo a fazer num curto espaço de tempo. Se para pedidos com
810 urgência são previstos três dias, em lado nenhum conseguiu ver qual o prazo dado para
811 uma taxa normal. Em relação à correspondência entre os artigos do regulamento com a
812 tabela anexa verificou que há alguns artigos da tabela que não têm correspondência no

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

813 regulamento – 42.º, 43.º, 44.º, 46.º e 63.º. Gostava de saber se existe alguma falha ou o
814 que leva a que não haja esta correspondência com o regulamento. Quanto ao artigo
815 84.º perguntou se 60% não é um valor demasiado elevado. -----
816 -----Pelas 01:00 horas foi deliberado por unanimidade prolongar a sessão por
817 mais uma hora.-----
818 -----O senhor Carlos Baptista (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara tem
819 maioria absoluta mas não representa todos os bombarralenses. O senhor Presidente da
820 Câmara tem de representar o seu papel e fazer determinadas coisas que o senhor
821 Presidente não levou em conta. O senhor Presidente da Câmara tem que saber ouvir e
822 não é muito elegante falar num direito que lhes assiste pois ao darem uma conferência
823 de imprensa estão a prestar um serviço à população. O senhor Presidente da Câmara
824 continua numa refugiar-se na figura do coitadinho, o que já não passa. O senhor
825 Presidente da Câmara gostava era de estar numa Câmara onde tivesse os sete
826 vereadores. Disse não achar muita piada ao tipo de insinuação feita. Relativamente às
827 questões faladas dos documentos que deviam vir, o que queriam é que fossem mais
828 esclarecedores, mais incisivos e que trouxessem a informação de como é que se
829 chegou até aqui, Gostava que isto fosse bem interpretado porque não podem alterar a
830 maioria absoluta, pelo que o senhor Presidente da Câmara não deve ficar tão irritado.
831 Nas entrevistas que dá o senhor Presidente da Câmara visa sempre a oposição, o que
832 lhe fica mal. O senhor Pedro Ângelo disse há pouco para deixarem os apartes, mas já
833 ouviu muitos apartes dele e têm que o aturar, pelo que se deve deixar destes
834 comentários. -----
835 -----O senhor Fernando Lopes (PS) considerou já estar tudo dito sobre este
836 regulamento. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara sabe quais os montantes
837 não recebidos. O senhor Presidente da Câmara disse há pouco que o PS propôs a
838 redução de taxas, sendo pena que isso não tenha colhido a aceitação nesta Assembleia
839 Municipal, porque era o que consideravam necessário para o concelho ser mais
840 competitivo. Considerou que este regulamento enferma de várias nulidades.
841 Relativamente ao artigo 38 – licenças de condução e trânsito questionou se a Câmara
842 continua a fazer estas actividades. Quanto à emissão das certidões de número de
843 polícia disse que estava convencido que eram as Juntas de Freguesia que faziam isso.
844 Relativamente ao artigo 84.º considerou que o artigo é muito genérico, mas o assunto
845 mais grave e que denota falta de intervenção de um jurista, é o artigo 15.º que torna o
846 regulamento ilegal. As reclamações podem ser facultativas ou necessárias, mas aqui
847 remete-se para o Código Tributário que não prevê as reclamações necessárias. Este
848 caso foge à regra geral pelo que tal deveria constar aqui. -----
849 -----O senhor Presidente da Câmara disse assumir a sua quota de
850 responsabilidade que é a quota máxima sobrepondo-se a eventuais culpas do passado.
851 Os fundamentos económico-financeiros procuraram reflectir a realidade do concelho.
852 Ele próprio fará a sugestão para no futuro ser este documento discutido artigo a artigo e
853 ser mais participado. Registou as considerações do deputado Carlos Baptista, não
854 percebendo se as ameaças têm alguma finalidade. Orientaram-se pela proposta da
855 CEDREL e pelas taxas médias dos Municípios que nos envolvem. O montante não

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

856 recebido de taxas é de € 9.675,51, com incidência bastante forte por ocasião de uma
857 situação que relatou há pouco. Realmente foi pena não terem reduzido as taxas em
858 50% e se tivessem reduzido as taxas em 100% teriam feito um figurão. O apoio legal
859 baseia-se num estudo jurídico da CEDREL, empresa que trabalha para os Municípios
860 do Oeste. As directivas foram da CEDREL, o trabalho foi nosso com erros que têm sido
861 reconhecidos e aceites. A atribuição de números de polícia é da competência da
862 Câmara Municipal e as licenças de ciclomotores também têm cabimento. -----
863 -----O senhor Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento
864 Urbanístico, relativamente aos prazos de resposta disse que os mesmos estão
865 previstos na lei, se bem que actualmente andem bastante abaixo dos prazos legais. ----
866 -----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos disse que
867 os artigos 42 e 43 se referem a segundas vias, não sendo serviços neste momento
868 pertencentes ao Município, mas continua por vezes a haver alvarás de licenciamento
869 sanitário e as empresas titulares precisam de segundas vias. Nas renovações passa-se
870 o mesmo, os processos são todos tratados no Município mas depois são enviados para
871 outras entidades, sendo a Câmara Municipal apenas intermediária.-----
872 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) lembrou que no mandato anterior se recorreu
873 com alguma frequência a uma figura que era o pagamento de taxas por não se verificar
874 a criação de estacionamento na via pública no âmbito de construções ou
875 licenciamentos, não notando que essa situação agora apareça. Gostava de responder
876 ao senhor Carlos Baptista que se calhar se estivesse atento veria que o aparte a que se
877 referiu tinha como destinatário o senhor Presidente da Câmara. Se o senhor Carlos
878 Baptista se sentiu atingido pelas suas palavras nada pode fazer. Ouve as pessoas
879 todas como espera que o ouçam a si. -----
880 -----O senhor Fernando Lopes (PS) referiu que o senhor Presidente da Câmara
881 não lhe respondeu a todas as questões. O PS está interessado em que este
882 regulamento seja aprovado hoje mas também sabem que o Partido que suporta o
883 senhor Presidente da Câmara tem maioria para aprovar o um regulamento que
884 entendem ter imensos erros.É importante lembrar que a fundamentação se reporta a
885 2007, o que é descabido.-----
886 -----O senhor Carlos Baptista (PS) referiu que o senhor Presidente da Câmara
887 não tem no seu elenco juristas, mas os políticos de maior renome do país são juristas.
888 O senhor Presidente da Câmara disse que ele fez ameaças, pelo que gostava que
889 concretizasse porque não se lembra de ter feito ameaças.-----
890 -----O senhor Presidente da Câmara disse que as ameaças se referem ao tom
891 algo ameaçador utilizado. -----
892 -----O senhor Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico
893 disse que o teor do artigo 15.º vem no projecto da CEDREL que foi elaborado por
894 economistas e juristas. Quanto ao artigo 86.º disse ser a interpretação daquilo que a
895 CEDREL propõe que é fazer a actualização com base em centros de custos. A
896 percentagem em obras particulares era mais elevada do que nos procedimentos de
897 secretaria, pelo que talvez não possam ser actualizados todos da mesma forma.-----

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

898 -----O senhor Presidente da Câmara pediu que seja aprovado este documento
899 que é importante para o concelho.-----
900 -----Foi deliberado por maioria com 16 votos a favor (14 do PSD e 2 do CDS), 2
901 abstenções (2 da CDU) e 8 votos contra (8 do PS) aprovar a proposta de Regulamento
902 e Tabela de Taxas e Preços.-----
903 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----
904 -----**1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP DE 2010:**-----
905 -----O senhor Presidente da Câmara disse que esta proposta de revisão é um
906 exercício normal nesta época do ano. Em relação ao orçamento da Assembleia
907 Municipal pretende-se reforçar uma rubrica por redução de outra. Na Câmara Municipal
908 prevê-se o reforço das horas extraordinárias e das despesas de saúde. Há também a
909 inscrição de uma verba de € 1.000 na rubrica das comemorações do Centenário da
910 República e o reforço de verba para indemnizações.-----
911 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) considerou que mais uma vez se ouve dizer
912 que tudo se fará para a diminuição das despesas, mas esta revisão vem aumentar a
913 despesa corrente, o que lhe desagrada. Relativamente à Assembleia Municipal vem-se
914 pedir o reforço de € 3.000 para ajudas de custo, não percebendo o porquê desta
915 situação, quando em anos transactos nunca se chegou a estes valores. De Janeiro a
916 Maio gastaram-se € 2.000 e agora vem-se pedir mais € 3.000, pelo que pergunta o
917 porquê deste reforço e onde se gastaram € 2.000 em tão curto espaço de tempo.-----
918 -----A senhora D. M.ª Los Angeles Oliveira (CDU) referiu que o montante de
919 horas extraordinárias constantes desta revisão diz respeito a 2009 e nós já temos o
920 orçamento de 2010. Quando se apresenta um orçamento devia haver o cuidado de se
921 ter feito o levantamento do que se devia. Se a dívida tem que estar no orçamento,
922 questiona como se faz um orçamento sem que as horas extraordinárias de 2009
923 estejam devidamente cabimentadas e se peça um reforço que recai quase todo no ano
924 de 2009. Quanto aos € 1.000 para as comemorações do Centenário da República,
925 parece que afinal não se pode fazer as coisas às custas das entidades parceiras, pelo
926 que acha bem que haja o mínimo de verbas para umas comemorações que o Município
927 assume. -- -----
928 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que quando se fala de € 25.000 de
929 reforço, questiona qual a verba que foi gasta. Não percebe como se gastam € 25.000
930 em consultorias. Solicitou igualmente informação sobre se todas as horas ficam
931 pagas.-----
932 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que as horas extraordinárias
933 ficam todas incluídas. Os € 25.000 são para o estudo económico-financeiro para
934 harmonização da tabela de água, que rentabilizará em muito estes valores.
935 Relativamente às comemorações do Centenário da República a verba estava inscrita
936 em outros eventos, mas quiseram distinguir esta acção.-----
937 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que em relação
938 ao orçamento da Assembleia Municipal, havia um valor em dívida do anterior mandato e
939 no ano anterior houve o Congresso da ANMP, sendo que as deslocações do Presidente

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

940 da Assembleia e do representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia sai do
941 orçamento da Assembleia Municipal. -----

942 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira, relativamente às horas
943 extraordinárias, disse que há um montante que estava a ser calculado no Gabinete de
944 Gestão de Recursos Humanos na altura da elaboração do orçamento mas que não
945 estava totalmente apurado. Por vezes há desvios em relação ao cabimentado porque
946 as pessoas fazem mais horas do que aquilo que foi previsto e há imensas folhas de
947 horas que as pessoas entregam passados meses após a realização do serviço o que
948 provoca alguns transtornos. Em 2010 já havia um apanhado do total de horas
949 extraordinárias, mas como temos um orçamento extremamente subdividido pelo que
950 era necessário subdividir as folhas de horas, o que tem vindo a ser feito. Estando esse
951 trabalho concluído aproveitou-se esta revisão orçamental para regularizar a situação. --

952 -----Foi deliberado por maioria com 16 votos a favor (14 do PSD e 2 da CDU), 2
953 abstenções (2 do CDS) e 8 votos contra (8 do PS) aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento
954 e GOP de 2010. -----

955 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

956 -----**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO**
957 **CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE SAÚDE OESTE NORTE:**
958 Foi presente ofício da ACES Oeste Norte a solicitar a designação do representante
959 desta Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade. -----

960 -----O grupo municipal do PS apresentou a seguinte proposta: “Os deputados
961 municipais do PS, vêm propor para representante da Assembleia Municipal no
962 Conselho da Comunidade do Agrupamento de Saúde Oeste Norte, Carlos Manuel
963 Maximiano Baptista.” -----

964 -----O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte proposta: “A CDU
965 candidata a representante da Assembleia Municipal de Bombarral no Conselho da
966 Comunidade da ACES Oeste Norte da ARSLVT Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de
967 Oliveira.”-- -----

968 -----O grupo municipal do PSD apresentou a seguinte proposta: “O grupo do PSD
969 na Assembleia Municipal de Bombarral vem propor para integrar o Conselho da
970 Comunidade ACES Oeste Norte como representante desta Assembleia: membro
971 efectivo – M.ª Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; membro suplente – Vanda Ferreira
972 Nunes Laura.”-----

973 -----Efectuada votação por escrutínio secreto verificou-se o seguinte resultado:
974 Carlos Baptista – 8 votos; M.ª Los Angeles Oliveira – 2 votos; M.ª Fernanda Mateus –
975 14 votos; votos em branco – 2 votos. Ficou eleita representante da Assembleia
976 Municipal do Bombarral no Conselho da Comunidade da ACES Oeste Norte a senhora
977 D. M.ª Fernanda Faria Abreu Silva Mateus. -----

978 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

979 -----**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO N.º 3 DO ARTIGO 7.º DO REGIMENTO**
980 **DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Foi presente a seguinte proposta subscrita pelos
981 senhores Luis Campos (PSD), Fernando Lopes (PS) e Luis Rego (CDS): “Vêm os
982 grupos da Assembleia Municipal do PSD, PS e CDS propor a alteração ao ponto 3 do

ACTA N.º 06/2010 – Reunião de 25 de Junho de 2010

983 artigo 7.º do Capitulo III do Regimento da Assembleia Municipal, que a hora de terminar
984 passe a ser às 24 horas e podendo ser prolongada até ao limite máximo de 01 hora.” --
985 -----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) disse que a CDU entende que
986 este princípio de considerar que é o tempo que está a mais para a realização da
987 Assembleia Municipal não é um bom princípio. A grande questão não passa por diminuir
988 o tempo da Assembleia Municipal mas sim por começar as sessões à hora marcada,
989 passa por o número de pontos da ordem do dia serem exequíveis no tempo dado e por
990 se cumprir o que está regimentado em termos de intervenções, pelo que não se justifica
991 esta alteração. -----
992 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que na
993 presente sessão a Mesa tentou ser mais rigorosa mas mesmo assim houve
994 ultrapassagem de tempos. Com o regimento que temos é difícil não se chegar a esta
995 situação. A única situação para resolver era limitar o tempo por ponto. Já colocaram
996 essa situação para análise na Comissão Permanente e não houve acordo.-----
997 -----Foi deliberado por maioria com 23 votos a favor (14 do PSD, 8 do PS e 1 do
998 CDS), 1 abstenção (1 do CDS) e 2 votos contra (2 da CDU), aprovar a proposta supra
999 transcrita de alteração ao ponto 3 do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.
1000 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----
1001
1002 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 02:10 horas, foi a reunião encerrada e
1003 lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
1004 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----
1005
1006 O Presidente:
1007
1008 O 1.º Secretário:
1009
1010 O 2.º Secretário:
1011